

**A INVISIBILIDADE DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: POR  
UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA EXTENSÃO RURAL**

**THE INVISIBILITY OF WOMEN IN FAMILY FARM: FOR A GENDER  
PERSPECTIVE IN RURAL EXTENSION**

Leandro Carlos Dias Conde<sup>1</sup>

**Resumo:** Temos uma estrutura familiar baseada no patriarcado que sujeita as mulheres ao trabalho doméstico e ainda é contemporânea mesmo com todos os avanços alcançados pelas mulheres. No campo brasileiro, em se tratando da agricultura familiar ainda encontramos a mulher agricultora apequenada diante do marido e não agente de sua própria vida, uma estrutura arcaica tradicional que reproduz uma lógica de opressão que o movimento feminista combate historicamente. Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil conseguiram expandir-se por grande parte do território nacional, aglutinar agricultores, aumentar o número de integrantes e de ocupações em todo o Brasil. Esses movimentos incorporaram as lutas feministas ainda que com grande resistência, incluindo em sua pauta a luta pela independência das mulheres frente aos homens, da equidade de gênero, sempre numa perspectiva de mudança social. A mulher trabalhadora rural ainda sofre com o produtivo dentro da agricultura familiar. Questiono

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Sociais pela UFRRJ, bolsista de iniciação ao extensionismo (IEX) CNPq. E-mail: leandrocdconde@gmail.com.

neste trabalho o papel da extensão rural para a mudança desse paradigma, por meio da análise das políticas públicas de gênero criadas para o meio rural, tomando como opção teórico-metodológica uma abordagem qualitativa, isto é, numa discussão através de pesquisa bibliográfica sobre a abordagem de gênero na extensão rural.

**Palavras Chave:** Mulher, Extensão, Gênero.

**Abstract:** We have a family structure based on patriarchy that women subject to domestic work is contemporary and yet even with all the advances made by women. In rural Brazil, in the case of family farming still find the woman farmer diminished before her husband and not agents of their own life, an archaic structure that plays a traditional logic of oppression against the feminist movement historically. The social movements that struggle for land in Brazil had expanded into much of the country, uniting farmers, increase the number of members and occupations throughout Brazil. These movements have incorporated feminist struggles even with strong resistance, including in its agenda the independence struggle of women against men, gender equity, always from a perspective of social change. The rural women workers still suffers from the production within the family farm. I question this study the role of rural extension to this paradigm shift, through the analysis of public policies on gender created for rural areas, taking as an alternative theoretical and methodological qualitative approach, or if, through a discussion of research literature on gender approach in agricultural extension.

**Key Words:** Women, Extension, Gender.

No campo brasileiro há milhões de famílias sem terras em meio a um cenário em que a posse da terra no Brasil está restrita a um pequeno número de cidadãos, um exemplo gritante do tamanho da concentração de terra no meio rural brasileiro. Outro fator é o enorme grau de improdutividade dessas propriedades. Nesse contexto o que encontramos são terras extremamente degradadas devido ao intensivo uso do solo e de insumos químicos. Terras em meio a áreas de proteção, o que torna muito difícil a subsistência naquele lote, pois os mesmo não contam com a assistência técnica

necessária devido à ineficiência do Estado. A reforma agrária quando acontece é restrita a terras com alto grau de degradação e esgotamento do solo, isto é, enquanto as grandes propriedades improdutivas do latifúndio brasileiro seguem nas mãos dos grandes produtores.

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (WANDERLEY, 2001, pp. 36-37)

A opção pela monocultura de exportação e pela urbanização como meta e símbolo do Brasil desenvolvido e mesmo ocupando quinto lugar no ranking de exportação de produtos agropecuários, vemos no país segundo o IBGE, 72 milhões de brasileiros passando por alguma forma de insegurança alimentar e 15 milhões dessas pessoas residem no campo brasileiro, o tão aclamado pelos políticos locais como *celeiro do mundo*. A falta de segurança alimentar no campo brasileiro torna-se algo alarmante e vergonhoso num país que se orgulha de sua agricultura, mas questiono agricultura para quem? Com toda a certeza os números mostram que não é para a população rural brasileira que ainda resiste no campo.

[...] surge à questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as

alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. [...] O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder. (MARTINS, 1997, p. 12, p. 17-18).

A produção familiar brasileira sempre foi resistência no campo brasileiro e contou com relativa importância, mas nunca suficiente para fazer frente à produção monocultora que conta com enorme investimento e financiamento estatal, o qual a produção familiar não conta com nem perto da metade deste financiamento.

Os movimentos sociais não ficariam calados frente o que acontecia no campo brasileiro, datam da década de 50 o afluxo das militâncias no campo brasileiro. São movimentos sociais que lutam pela reforma agrária no Brasil, contra a gigantesca concentração fundiária no país. A luta dos movimentos sociais rurais no Brasil se dá historicamente pelas ocupações de terras quando ocorre a criação dos assentamentos rurais marcando uma nova fase na luta. Uma fase de resistência e grande organização dos assentados, caracterizada pela resistência na terra e reclamo por uma nova forma agricultura no país, uma que seja humanizada, coletiva e social de fato.

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência reflete-se não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p. 21)

As ocupações principalmente em áreas de grandes latifúndios improdutivos com alegação para o descumprimento do caráter de função social da terra, definida no Artigo 186 da Constituição Federal de 1988. Além de terras com histórico de desrespeito as leis trabalhistas, ambientais e também áreas de monocultura exportadora, um claro ataque as formas de exploração e exclusão histórica do grande capital.

[...] uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso. (MARTINS, 1997, p. 48)

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, entre eles o principal, o Movimento dos Sem Terra – MST -, conseguiu expandir-se por grande parte do território nacional, aglutinar agricultores, aumentar o número de integrantes e de ocupações em todo o Brasil. Tornou-se um movimento com um grande poder de pressão e que se fez ecoar por toda a sociedade civil dando também visibilidade a questões internas do movimento como a reprodução das divisões de gênero. Compreendo a princípio como uma incoerência do movimento, pois o que se construía ali era um movimento que buscava romper com a desigualdade histórica do Brasil que não está somente na questão da divisão da terra, mas fundamentada também na questão de gênero, no papel da mulher na construção nacional.

Neste sentido, há a questão do debate de gênero, ou a falta do debate que toma grande importância a partir da década de 1980 no Brasil. Isto é, no campo, no meio rural. Pois, o que havia anteriormente era um processo histórico de invisibilidade das mulheres rurais, que ainda se segue, mas com avanços nesse sentido. Fato importante para esse debate foi o avanço em maior escala dos movimentos sociais rurais e o

consequente papel das mulheres no questionamento dos papéis de gênero e do machismo, dentro da estrutura do próprio movimento e no campo.

As relações entre os sexos são construídas socialmente, como já havia sido sinalizado por outras teóricas, porém, para ela isso ainda diz pouco, pois não explica como estas relações são construídas e porque são construídas de forma desigual privilegiando o sujeito masculino; não diz como funcionam ou mesmo como mudam, assim chega à conclusão que só essa constatação, não tem força suficiente para integrar ou mudar os paradigmas históricos existentes. (SCOTH (1990: p. 11-12) apud SIQUEIRA [3])

O grande problema é o modelo familiar patriarcal de nossa sociedade, centrado na figura do homem e que no meio rural é algo que salta os olhos. Quando não muito, ouve-se a desculpa do papel complementar da mulher ao lado do homem, mas numa posição submissa, ocupando o papel de apoiadora e cuidadora. Ao longo do tempo essa tese se justificou, pelo menos por meio da força, desamparo do Estado e pequena penetração dos movimentos feministas, ou da pauta feminista no campo. Foi com um duro embate dentro e fora das estruturas dos movimentos sociais rurais que as mulheres conquistaram espaço para trazer as questões de gênero e fazer da mulher independente e uma bandeira dentro de uma perspectiva libertadora e estender essa conquista a todas as companheiras, mulheres “invisíveis” rurais.

É salutar destacar o surgimento neste contexto da década de 1980 o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), exemplo da importância da militância das mulheres rurais nos movimentos sociais. Um movimento de mulheres rurais que surge e que traz luz à questão das mulheres rurais, relegadas a condição de sujeitos invisíveis na sociedade. De caráter nacional, o MMC busca articular as demandas das mulheres rurais em todas as regiões do país.

[...] A radicalidade posta, então, na questão da mulher como uma questão fundamentalmente ‘conflituosa’, por contestar as relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes, [...] (SARTI (2004, p. 37)

Porém, em que condições encontram-se as mulheres rurais no que tange as questões de gênero? Os debates tomados com mais força na década de 1980 com toda certeza culminaram para hoje termos políticas públicas específicas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para as mulheres, mas o questionamento é na verdade das estruturas familiares, do trabalho, das condições de vida e dignidade humana.

O papel que cumpre, ou deveria cumprir o extensionista rural no tocante as questões de gênero contribuir na valorização das mulheres rurais e não na reprodução da opressão sofrida por elas e pelo longo processo invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas. É preciso se colocar numa perspectiva “transformadora”. Isto é, ainda na agricultura familiar, nas áreas em que encontramos projetos de extensão deparamo-nos com a opressão de gênero, com a forte presença do machismo e a passividade do extensionista diante dessa realidade.

A extensão rural que surge ligada ao desenvolvimento agrário com a tarefa de difundir os pacotes tecnológicos da revolução verde, buscava um profissional preparado em levar aos agricultores as novas tecnologias e sobrepô-las aos métodos tradicionais, difundir os modernos métodos em todo o campo em busca da alta produtividade agrícola. O extensionista deveria estar comprometido e voltado para com esse modelo de desenvolvimento, logo, esperar que a extensão rural tenha como princípio tratar das desigualdades no campo, quando ela é uma das grandes causadoras, era algo impensável, ainda mais no tocante as desigualdades de gênero.

É somente em 2003 que a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que traz uma série de mudanças na ação do extensionista, fundamentadas agora numa perspectiva agroecológica, colocando o extensionista na posição de agente promotor para um modelo sustentável, porém, um modelo sustentável é aquele que também busque a equidade de gênero. A nova política preza também o respeito à diversidade econômica, social e cultural. Neste sentido, há a criação da Assistência Técnica e Extensão Rural – Mulher (ATER).

(...) É importante analisar as relações entre Estado e as Políticas Públicas. (...) O Estado é produto de uma relação de forças, sendo perpassado e é dividido pelas contradições de gênero, raça/etnia entre outras. As políticas públicas são vistas como resultados contingentes destas contradições geradas pelas relações das forças que ocorrem no interior do Estado. (COELHO, p 2 )

Assim, negar esses fatos, fechar os olhos a realidade, não é papel do extensionista, pois a extensão rural não se trata de extensão voltada somente para o homem rural, mas é também para a mulher rural. O Estado historicamente fechou os olhos para mulher, negou espaço nas esferas de poder da sociedade e ainda impede sistematicamente o acesso das mulheres a mudar sua condição de vida, pois ele omite-se ao enfrentar as desigualdades de gênero. E é esse o motivo da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, elas que contribuem ativamente na renda familiar sem o seu devido reconhecimento. Uma dívida social do Estado brasileiro, e o extensionista é o representante direto desse Estado no campo.

[...] atribuir um sentido emancipatório às mudanças que pretendemos: que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupondo práticas de cidadania ativa; garantir



que Estado desenvolvida políticas sociais que contemplem as dimensões distributivas e de reconhecimento/status que incidem efetivamente sobre este conjunto de desigualdades de classe, gênero e raça/etnia. (CARLOTO, 2004. p. 153).

Porém, é inegável que houve avanços por meio do Estado na implementação de políticas públicas voltadas para a questão de gênero, neste ponto é importante destacar a importante iniciativa do Governo Lula em 2003 ao ampliar o direito das mulheres a terra no Programa Nacional de Reforma Agrária, do INCRA. Através da portaria Nº 981 em que se estabeleceu a titulação conjunta obrigatória da terra dos lotes de assentamentos designados a reforma agrária, incluindo já no cadastro das famílias nas áreas de regularização fundiária e de titulação e no certificado de cadastro de imóvel rural a mulher o homem, independente do estado civil, dando preferência às famílias cujo chefe é uma mulher na sistemática de classificação das famílias beneficiárias da reforma agrária. A criação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) que garante as mulheres rurais, de maneira gratuita o acesso a documentos civis e trabalhistas promovendo também ações educativas sob a coordenação do MDA.

Em 2006 a partir dos estímulos do MDA a participação das mulheres no desenvolvimento territorial com perspectiva de gênero, fomentando diversos projetos voltados a essa questão. Temos outro avanço por meio da ampliação do número de representantes mulheres na participação e no controle social das políticas públicas dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CONDRAF). Assim, como a criação do Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. O lançamento do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) em 2008, no sentido de fortalecer por meio dos da economia solidária e feminista, tendo como seu principal objetivo possibilitar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Importante se destacar dentro dos já citados avanços ocorridos de 2003 em diante, a criação da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais (DPMR) que tem como objetivos inovadores representar realmente as mulheres rurais dentro de um ambiente historicamente ocupado por homens, como é o MDA, e disputar lá dentro das estruturas do ministério os avanços na luta pelos direitos das mulheres, como também na agricultura familiar. É um exemplo da mudança de postura do Estado nas questões de gênero, tímida, mas que sinaliza a possibilidade de grandes transformações futuras.

Desta forma, compreendo que o presente trabalho que parte da inquietação de um extensionista preocupado com a questão de gênero que ao se propor tratar dessa questão, tenta contribuir ao evidenciar a importância desse tema. Pois, tratamos de mulheres que contribuem ativamente na agricultura familiar e que cumprem um papel chave na segurança alimentar e para a sustentabilidade. Mesmo com a reorganização da política de ATER ela ainda está longe de dar conta da árdua tarefa de colocar fim ao machismo em busca da equidade de gênero.

## **Bibliografia**

CARLOTO, C. M. Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva. In: Políticas Públicas e igualdade de gênero. São Paulo, Caderno 8 da Coordenadora Especial da Mulher, p. 149-156, 2004.

COELHO, Clair Castilhos. Gênero e Políticas Públicas. Disponível em: <[http://www.fetiesc.org.br/img\\_mulheres/mulheres\\_gen\\_pol\\_publ.pdf](http://www.fetiesc.org.br/img_mulheres/mulheres_gen_pol_publ.pdf)> Acesso em 15 de julho de 2012

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. Segurança alimentar 2004. IBGE: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

IBGE (10 out. 2002). Área territorial oficial. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R. PR-5/02). Página visitada em 20 Junho 2012

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Página visitada em 20 de Junho 2012

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In:

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. Presidente Prudente: NERA/UNESP. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. Revista Ártemis, Vol.08, jun 2008, p. 110-117. Disponível em: <[http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo\\_09.pdf](http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf)> Acesso em 15 de julho de 2012.

STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

SORJ, Bernardo. Estado e classes na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo-RS: UPF, 2001.